

AMBIENTE E SOCIEDADE MEDIEVAL PORTUGUESES, HISTORIOGRAFIA E PISTAS DE REFLEXÃO

STÉPHANE BOISSELLIER*

Como em quase toda a Europa, a abordagem do ambiente das sociedades medievais é recente em Portugal. Por outro lado, está fortemente ligada ao desenvolvimento da arqueologia medieval, apesar de existir uma tradição medievalista ibérica de atenção aos fenómenos de antropização, no âmbito do « repovoamento » ligado à Reconquista. Logicamente, o contributo dos medievalistas « ruralistas » é particularmente notável neste novo campo de investigação. Após uma rápida análise das grandes tendências da historiografia existente (sem pretensão à exaustividade, devido à extrema dispersão das publicações, que são, neste domínio, cada vez mais meras notas técnicas, difundidas apenas por via eletrónica), evocar-se-á as potencialidades das fontes escritas, que precisam ser confrontadas com os dados materiais, quando é possível, mas que são as únicas a esclarecer a escala intermédia (regional e local), bem como as modalidades « culturais » dos fenómenos ambientais. Para além das especificidades das fontes escritas medievais portuguesas, estas pistas de estudo podem também valer para o conjunto do Ocidente medieval.

* Univ. Poitiers / Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale – UMR 6223, boissell@orange.fr

I. Balanço historiográfico¹

Comecemos por uma carência relativa, pelo menos de um ponto de vista corporativista: são os especialistas portugueses da Antiguidade, até historiadores dos textos, que, sob a influência da Pré-história (desde Leroi Gourhan) e mais geralmente da prática arqueológica, são os primeiros a apresentar claramente o ponto de vista dos relações entre o homem e o ambiente².

Certos historiadores portugueses têm detetado muito cedo que o homem não é o único objeto possível da investigação histórica ou, mais exatamente, que o seu estudo implica o do mundo material que o cerca e determina, pelo menos enquanto animal. Um cientista da dimensão de J. Leite de Vasconcelos, ao mesmo tempo médico, naturalista, filólogo, etnógrafo, arqueólogo e historiador, cuja ciência social estendia-se da Pré-história à sua época, estava bem colocado para interessar-se, mesmo que fugazmente, às variações do nível marítimo³. Mais perto de nós (nos anos 1950-70), F. Castelo-Branco consagrou uma parte da sua investigação, medievalista e modernista, aos rios, aos portos e ao litoral.

Mas o essencial destes trabalhos sobre o ambiente deviam-se então, como ainda devem⁴, aos geógrafos que, deixando o contemporâneo, adotavam a dimensão cronológica do historiador e analisavam os paleoambientes na base de dados fornecidos pelos paleontologistas e os geólogos. O período medieval não era aí abordado como tal, devido à escala temporal, muito longa, e porque a informação histórica, nomeadamente textual, é integrada lá, no melhor dos casos, apenas através de sínteses⁵. Mais que dentro dos *folkloristas* e etnógrafos,

¹ Um conhecimento global da historiografia medievalista portuguesa é fornecido por COELHO (Maria Helena da Cruz) : « Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Âge » in. *Memini. Travaux et documents* 9-10. Québec. 2005-6, pp. 9-60, BOISSELLIER (Stéphane)/SOUSA (Bernardo Vasconcelos e) : « Pour un bilan de l'historiographie sur le Moyen Âge portugais au XXe siècle » in. *Cahiers de Civilisation Médiévale* 49 (fasc. 195) (« La médiévistique au XXe siècle, bilan et perspectives »). Poitiers. 2006, pp. 213-56. Nos campos mais próximos da nossa temática, ver DUARTE (Luís Miguel) : « Sociedade e economia medievais: fraquezas e forças da historiografia portuguesa » in. *Bullettino dell' Istituto Storico Italiano per il Medio Evo* 106/2. Roma. 2004, pp. 273-98 e FERNANDES (Isabel Cristina Ferreira) : « Arqueologia medieval em Portugal : 25 anos de investigação » in. *Portugalia* 26 (n.s.). Porto. 2005, pp. 149-73.

² Ver por exemplo o colóquio organizado pela Universidade de Évora, nos dias 15-17 de Maio de 2008, sobre *Transformações da paisagem. O impacto da cidades romanas no Mediterrâneo ocidental* ; passa-se da cidade como elemento da paisagem e dos estudos clássicos da centurição à dinâmica dos territórios enquanto sistemas sócioambientais, geralmente sobre uma duração que excede a Antiguidade romana como tal.

³ Nota sobre “Mudança do nível do oceano”, *O Archeologo português*, II (1896), p 301.

⁴ Nomeadamente trabalhos de « geografia histórica » de S. Daveau (por exemplo « Espaço e ritmo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos », *Clio*, 2 (1980), p 13-37), A. M. R. Cordeiro, M. C. Freitas e obviamente O. Ribeiro.

⁵ Ver as reflexões metodológicas de BOISSELLIER (Stéphane) / BARON (Nacima) : « Sociétés médiévales et approches géographiques : un dialogue de sourds ? » in. *Entre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-*

cuja preocupação enciclopédica de inventário era então voltada sobretudo para os « costumes », outros precursores destes estudos encontraram-se igualmente entre os filólogos, ao estudar a toponímia relativa à fauna, flora, relevo ou cursos de água, geralmente com base em recolhimentos onomásticos dos séculos XVIII-XX⁶.

O interesse dos medievalistas académicos portugueses para as problemáticas ambientais começa no fim dos anos 1980⁷. É a influência da arqueologia medieval, então nos seus começos em Portugal, que provavelmente é mais direta nessa orientação dos historiadores « dos textos ». Mas esta primeira historiografia não surge sem defeito metodológico, como é lógico, dado que os historiadores evoluem frequentemente por práticas empíricas, antes de tomar o distanciamento epistemológico necessário.

A noção, de origem geográfica, de meio « natural » atrasou a apreensão do ambiente global (mais ou menos antropizado) e sobretudo tem impedido durante muito tempo a abordagem desse assunto com a reflexão sobre os numerosos dados ambientais dos estudos clássicos, de orientação socioeconómica, sobre o mundo rural. As primeiras investigações a explorar o ambiente acantonaram-se aos meios aparentemente menos influenciados pelo homem, com uma tonalidade « naturalista » ocultando, sobretudo nas abordagens arqueológicas, a dimensão social das relações entre o homem e o ambiente⁸. Ora, sabe-se que, no plano ecológico, esta compartimentação não é relevante, porque o que faz o homem nas zonas de ocupação intensiva age sobre as outras zonas: para tomar os casos mais simples, as espécies animais expulsas pelos desbravamentos vão sobrecarregar as florestas restantes, as espécies vegetais cultivadas espalham-se nas zonas incultas, a desapareção da cobertura vegetal altera a distribuição das precipitações, etc....

Um outro obstáculo epistemológico obstruiu a consideração do meio. Os historiadores dos textos (e mesmo os arqueólogos não ecologistas), pela sua perspetiva « prometeana » dos fenómenos sociais, tendem a minimizar a ação direta dos fatores naturais, nomeadamente porque estes operam a uma escala temporal e espacial demasiado vasta para as análises sociais – cf. o embaraço para avaliar o papel do *optimum* climático na fase feudal de desenvolvimento

-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007) (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp. 163-77.

⁶ Trabalhos de J. L. de Vasconcelos (ainda ele), J. J. Nunes, J. M. Piel...

⁷ Pode-se notar em especial o artigo pioneiro de BEIRANTE (Maria Ângela Rocha) : « Relações entre o homem e a natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé (séculos XIV-XV) » in. *Actas das I jornadas de história medieval do Algarve e Andaluzia*. Câmara municipal de Loulé. 1987, pp. 231-42.

⁸ Cf. o curto estudo de SOARES (Alexandra Manuela de S.S.) e. a. : « Ocupação do concelho de Almodôvar no período muçulmano II : reconstituição regressiva da paisagem » in. *V jornadas arqueológicas (20, 21 e 22 de maio de 1993)*. 1º volume. Associação dos arqueólogos portugueses. Lisboa. 1994, pp. 49-64.

agrícola, ou o da Peste Negra nas evoluções sociais e culturais da baixa Idade Média.

É pois apenas desde há uma dezena de anos que monografias clássicas de história rural interpretam resolutamente as práticas agrícolas e pastorais na sua relação com o ambiente, frequentemente porque esses trabalhos tomam para quadro um ecossistema em vez de se inscreverem num distrito administrativo (teses de I. Castro Pina ou M. M. Catarino)⁹. Esses estudos são principalmente teses de *mestrado*, o que mostra que o interesse pelo ambiente se revela mais nos jovens medievalistas. Neste contexto, convém destacar particularmente a tese doutoral de M. S. Conde¹⁰. No entanto, estes trabalhos, se bem que pioneiros, continuam a ser muito dependentes das informações fornecidas pelos antecessores, ou seja os estudos geográficos, que iluminam o subcontemporâneo e portanto fazem correr o risco de anacronismo e de continuísmo¹¹.

A abordagem ecologista atual, ainda muito discreta nos historiadores ”dos textos”, não nasce, evidentemente, de uma pura moda ecologista. Pode encontrar-se as suas raízes empíricas numa longa tradição historiográfica (fora mesmo dos precedentes isolados). Para as regiões ibéricas sujeitas ao movimento de humanização convencionalmente nomeado « repovoamento », os medievalistas sempre manifestaram uma certa sensibilidade ao ambiente, indo às vezes ao limite do conceito de antropização – ainda que esta sensibilidade sobretudo seja « geográfica », ou seja voltada para a localização dos homens no espaço, por conseguinte para as suas formas de povoamento e de habitat – : para quem estuda as empresas de povoamento, o impacto do homem na natureza nunca está longe, e a relação entre sociedade e ambiente é finalmente mais sensível aqui do que para os estudantes de sociedades mais estáveis, cujas atividades com impacto ecológico são abordadas em termos económicos e geográficos, dissociando as práticas agrárias e industriais das « condições naturais ».

⁹ PINA (Isabel Castro) : *A encosta ocidental da Serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média* (coll. « Dissertações »). Patrimonia. Cascais. 1998 ; CATARINO (Maria Manuela) : *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)* (coll. « Dissertações »). Patrimonia. Cascais. 2000 ; OLIVEIRA (José Augusto de Cunha Freitas) : *Organização do espaço e gestão de riquezas. Loures nos séculos XIV e XV*. CEH-UNL. Lisboa. 1999.

¹⁰ CONDE (Manuel Sílvio Alves) : *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*. Patrimonia. Cascais. 2000 (2 vol.).

¹¹ Assim, apesar do seu título prometedor, o curto estudo de MEDEIROS (Carlos Alberto) : « Environnement, agriculture et élevage au Portugal à l'époque des découvertes maritimes » in. *L'homme, l'animal domestique et l'environnement du Moyen Age au XVIIIe siècle* (Robert Durand dir.) (coll. « Enquêtes et documents. Centre de recherches sur l'histoire du monde atlantique » 19). Ouest éditions. Nantes, 1993, pp. 307-13 apenas expõe um quadro muito geral da geografia de Portugal...

Até aos últimos anos, a história rural constitui o berço, mais potencial que efetivo, do estudo do ambiente. Os arroteamentos, a estruturação dos *terroirs*, os efeitos da pecuária, a adaptação das espécies cultivadas aos solos e às condições atmosféricas... são tantos os temas clássicos das teses de história ruralista regional, que contêm implicitamente a problemática da inserção das atividades humanas no ambiente (cf. as teses magistrais de M. H. Coelho, R. Durand e I. Gonçalves, a primeira claramente vertida para o estudo do ambiente num seu prolongamento, um artigo significativamente dado numa homenagem a R. Durand)¹². Claro, a corrente atual de investigações ruralistas sobre os ambientes do passado continua fortemente subordinada à noção de paisagem. É necessário sublinhar, nesse campo de estudo, o interesse e o dinamismo do programa lançado e dirigido por I. Gonçalves no Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, intitulado « Paisagens rurais e urbanas » (de onde provém a maior parte da bibliografia que utilizo). Se se pode lamentar que não associe os arqueólogos aos historiadores “dos textos” – em parte porque aqueles são atraídos pelas ciências instrumentais –, a verdade é que mobiliza os medievalistas mais ativos no estudo das relações entre sociedade e ambiente (I. Castro Pina, M. S. Conde, J. A. Oliveira...). Esta abordagem é muito geográfica, e não é surpreendente que se encontram aqui principalmente especialistas de história económica e social, tradicionalmente atentos às condições « naturais » da ação material e da relação social, e especialistas da organização medieval do espaço. É necessário, contudo, guardar-se de uma definição demasiado ampla das paisagens, que faria destes um simples quadro¹³ e visaria apenas o reconstituir de um quadro visual da organização rural. A noção de ecossistema levaria os trabalho, mais certamente, a tomar fortemente em conta o ambiente.

Nessa tradição historiográfica principalmente ruralista, a dívida dos medievalistas para com os geógrafos é portanto considerável, tanto em Portugal como noutra lugar. Mas abundantes também são os dados fornecidos pelos inquéritos etnográficos¹⁴, particularmente cultivados em Portugal sob o *Estado Novo*, que às vezes alimentaram a reflexão dos medievalistas sobre as práticas

¹² COELHO (Maria Helena) : « L'action de Sainte-Croix sur le paysage agraire du Bas Mondego aux XIIIe et XIIIe siècles » in *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XIIIe-XIVe siècle). Mélanges en l'honneur de Robert Durand* (Monique Bourin / Stéphane Boissellier dir.). Presses Universitaires de Rennes. Rennes. 2002, pp. 113-23.

¹³ É o caso do estudo, além disso excelente para uma abordagem social, de OLIVEIRA (José Augusto da Cunha Freitas) : « Entre o simbólico e o real : a paisagem como cenário nos rituais de tomada de posse » in *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das terceiras jornadas* (Iria Gonçalves coord.). Centro de Estudos Históricos, Univ. Nova Lisboa. Lisboa. 2007, pp. 109-19.

¹⁴ Entre muitos outros, OLIVEIRA (Ernesto Veiga de) e.a. : *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de moagem* (coll. « Etnologia » 2). INIC. Lisboa. 1983, *Construções primitivas em Portugal*.

agrárias, ainda que o método regressivo não seja dominante nesses estudos históricos. Entre os trabalhos produzidos, é necessário assinalar um artigo de A. Castro Henriques, o qual se constitui num exemplo raro de análise ecológica, lendo as fontes medievais à luz dos estudos etnográficos, geográficos e biológicos¹⁵ (que os medievalistas empregam muito raramente). Os limites deste exercício são uma certa intemporalidade das práticas agrárias e uma tendência determinista. Parece-me contudo que, em Portugal, os arqueólogos continuam a ser menos atraídos pelas perspetivas etnológicas do que na França ou na Espanha¹⁶, sem contudo as ignorar.

É claro que os fundamentos epistemológicos da arqueologia pesaram na abordagem mais ecologista das investigações recentes, tanto as realizadas a partir dos textos como aquelas que utilizam principalmente os dados materiais. As práticas instrumentais da arqueologia (instrumentos físicos de prospeção, de escavação como tal) atraem necessariamente o investigador para o ambiente. A fotografia aérea, em especial, coloca os estabelecimentos humanos à sua escala real e no seu quadro menos antropizado, o qual oculta a leitura atomizadora dos textos. Com o risco de uma arqueologia « pura », focalizada sobre os objetos e que esquece os homens, os testemunhos físicos do passado põem o historiador em contacto direto com o universo material dos homens: a análise química dos metais esclarece os lugares de extração, o estudo dos lixos alimentares revela a fauna e a flora, domesticadas ou selvagens, uma simples estratigrafia dos solos humanizados indica os fenómenos geológicos (deslizes de terreno, erosão, inundações)...

O principal perigo epistemológico é que as investigações históricas se diluam um tanto nas ciências naturais, perdendo de vista as problemáticas sociais. Este esquecimento, pelos próprios arqueólogos, deve-se largamente ao facto de a escala cronológica ser vasta, pouco ligada ao ritmo da mudança social. No IV Congresso nacional de geomorfologia, reunido em Braga em Outubro de 2008, uma das 15 secções foi reservada à « Arqueologia dos espaços naturais », o que mostra bem que a arqueologia é potencialmente a melhor interface entre ciências instrumentais e humanas. Sem surpresa, observa-se que as comunicações

Publicações Dom Quixote (coll. « Portugal de perto » 17). Lisboa. 1988, *Actividades agro-marítimas em Portugal* (coll. « Portugal de perto » 21). Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1990...

¹⁵ HENRIQUES (António Castro): « Às origens do lameiro barrosão. Ecologia e transformação social » in. *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das terceiras jornadas* (Iria Gonçalves coord.). Centro de Estudos Históricos, Univ. Nova Lisboa. Lisboa. 2007, pp. 311-25.

¹⁶ MINGOTE CALDERON (José Luis) : « La necesidad de una visión etnológica en los estudios arqueológicos. El mundo agrícola » in. *IV congreso de arqueología medieval española : sociedades en transición. Actas, Alicante, 4-9 de octubre 1993* (coord. Rafael Azuar). Volume II. *Comunicaciones*. Asociación española de arqueología medieval/Diputación provincial de Alicante. Alicante. 1994, pp. 57-80.

tratam geralmente de problemas (nem sempre estritamente ambientais) para os períodos anteriores à Idade Média e geralmente numa longa duração. Mas, entre as que abordam mais estritamente assuntos históricos, logicamente ligados ao povoamento – que está na conjunção entre o homem e o ambiente –, duas (apenas) são mais estritamente medievais e abordam de resto os habitats fortificados¹⁷. Na abordagem do ambiente, historiadores dos textos e arqueólogos perpetuam a divergência entre geógrafos humanistas e geógrafos físicos.

Mas esta orientação tem os seus limites. A arqueologia medievalista portuguesa de tipo universitário, mais desenvolvida, de resto, para o período andaluz do que para a fase « cristã », permanece unida ao estudo dos produtos manufaturados, por conseguinte continua do lado « da cultura » (a história das técnicas, por exemplo), mais do que « da natureza ». Portanto, os dados ambientais da escavação são às vezes ignorados ou subaproveitados – e isso é irreversível, dado que a escavação destrói mesmo o objeto do seu estudo. Pelo contrário, quando estas informações naturalistas são recolhidas e tratadas, os autores não vão geralmente até a uma interpretação ecossistémica global, à escala de um *terroir* ou de uma região inteira – e pouco inferem dos mecanismos sociais nesta base.

Os quadros institucionais da investigação desempenharam um papel amplificador, se não motor, na orientação ecologista, e sobretudo provocaram os seus excessos cientistas. Este papel é recente, porque a evolução dos quadros reflete sobretudo as preocupações globais das sociedades atuais. A dupla preocupação patrimonial e ecológica e o prestígio das ciências “duras” fazem com que floresçam centros municipais de estudo arqueoambiental, frequentemente com base nas equipas preexistentes de técnicos arqueólogos e etnólogos empregues em recenseamentos patrimoniais (cf. o recente Centro da Serra de Campelos em Lousada). A sua conceção do património, de acordo com as novas orientações da UNESCO, engloba a natureza e a cultura, e fazem-se por conseguinte cada vez mais inventários e sobretudo guias turísticos que combinam história, etnologia e ecossistema¹⁸. É necessário notar também o aparecimento de uma empresa privada

¹⁷ A. M. Silva e M Ribeiro, « Castelos de Arouca numa terra fronteira. Simbolismo e estratégia dos castelos roqueiros da região de Arouca, sécs. IX-XI » e T. Azevedo e E. Nunes, « Condicionamento geológico e geomorfológico da implantação de castros e de castelos em Portugal ».

¹⁸ Por exemplo, PITA (António) : *Roteiro pelo património histórico-ambiental, concelho de Castelo de Vide. Um ponto de partida para chegar à história e natureza*. Câmara municipal de Castelo de Vide. s.d. Não é indiferente que seja a equipa arqueológica do Campo Arqueológico de Mértola que realize um notável trabalho de valorização do património « tradicional ». Note-se, contudo, que as grandes empresas nacionais de inventário patrimonial, desde o incompleto *Inventário artístico de Portugal*. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa. 1943-93 (10 vol.) (em CD-rom em 2000), continuam unidas à definição artística do património (cf. *Património arquitectónico e arqueológico classificado*. IPPAR. Lisboa. reed. 1993 ou AZEVEDO (José Correia) : *Inventário artístico ilustrado de Portugal*. Ed. Nova Gesta. Lisboa. 1992, 8 vol.) ; ao lado de uma imensa maioria de monumentos

(ERA arqueologia), que se dotou de um « Núcleo de Investigação Arqueológica » publicando, desde o início do ano 2008, a revista *Apontamentos de Arqueologia e Património*, com uma focalização sobre a Pré-história e por conseguinte uma abordagem muito « naturalista » da arqueologia (muitos estudos de paleobiologia da fauna e da flora e de paleoindústria). Tal reflete a dinâmica sociocultural geral europeia (e mesmo uma orientação económica), influenciando igualmente as estratégias científicas dos arqueólogos universitários.

O atual interesse para as condições « naturais » das sociedades não deve ir até o restaurar do determinismo. Assim, o descobridor de um troço recentemente escavado da famosa via romana entre Braga e Olisipo, em Vila Franca de Xira, avança para o seu abandono no século X, em proveito de uma estrada que passa pela atual *rua direita* da cidade, devido à uma elevação das águas do Tejo¹⁹: se isto pode ser factualmente exato, a explicação « natural » não deve ocultar a evolução global do sistema de povoamento, que levou a desqualificar a rede antiga e a sua não utilização senão parcialmente...

Para uma abordagem realmente histórica, ou seja que integra o estudo do ambiente na perspetiva das sociedades, estes quadros não são os mais eficazes: nas equipas multidisciplinares locais, os especialistas “dos textos” continuam a estar infelizmente acantonados a trabalhos de pura arquivística²⁰. De resto, dada a estrutura dos cartórios locais em Portugal, raros são os medievalistas ali integrados. Sem que o seu trabalho seja, evidentemente, de subestimar, só de verdadeiras equipas multidisciplinares formadas por investigadores académicos podem vir abordagens mais relevantes e uma divulgação sob a forma de estudos problematizados eficazes (monografias locais ou estudos pontuais em revistas científicas, nomeadamente arqueológicas, como *O arqueólogo português*, *Arqueologia medieval*, *Portugalia*...).

Com efeito, um outro problema de organização deste campo de estudo é o da divulgação da informação, principalmente a de natureza arqueológica. Tradicionalmente, os dados de terreno foram objeto de publicações muito parciais, progressivas e dispersas entre numerosos órgãos escritos (nomeadamente o muito útil « noticiário » na *Informação arqueológica*, cuja publicação,

arquitecturais, o mais recente inventário (*Portugal património. Guia - inventário* (Álvaro Duarte de Almeida/Duarte Belo coord.). Círculo de leitores. 2006-2008, 10 vol.) assinala, principalmente sob a forma de simples menções, alguns troços de rio como elementos do património.

¹⁹ Anúncio feito pelo arqueólogo Henrique Mendes em *Público* e difundido pela lista Internet « Archport request ».

²⁰ Sobre as dificuldades metodológicas da pluridisciplinaridade no domínio das relações homem-meio, ver BURNOUF (Joëlle) e.a.: « Sociétés, milieux, ressources : un nouveau paradigme pour les médiévistes » in *Entre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp. 95-132.

desde 1977, foi infelizmente caótico). Doravante, a informação patrimonial « alargada », recolhida maioritariamente pelos serviços culturais das Câmaras municipais ou mesmo das Juntas de freguesia, beneficia da divulgação na Web em formato eletrónico, enquanto que anteriormente permanecia em uso interno ou aparecia em publicações locais pouco acessíveis (fora de algumas revistas municipais, algumas excelentes²¹). A massa dos dados disponíveis encontra-se consideravelmente acrescida mas a sua atomização também, dado que se necessita recorrer a inúmeros sítios locais na Internet – mas esta atomização é epistemológica ao mesmo tempo que técnica, porque é amplificada pela facilidade de publicação, que leva a entregar a informação bruta, sem trabalho heurístico nem perspetivação.

Quais são os principais temas e campos de inquérito?

O clima permanece o parente pobre das investigações, que são, se ousar dizer, mais « terrestres » e mais « aquáticas » do que « aéreas ». Evidentemente, os medievalistas conhecem efetivamente as menções de secas, « tempestades » e outros dilúvios dos anais monásticos e reais, esboçando uma história do clima, e muitos outros textos contêm dados deste tipo. Mas, por falta de interesse por uma climatologia histórica, são sobretudo as histórias gerais ou as da « vida diária » que, esboçando um quadro dos condicionalismos naturais da vida social, utilizam aqueles²². No entanto, a história agrícola medievalista por vezes foi além dos dados subcontemporâneos ou trans-históricos fornecidos pelos geógrafos e tentou reunir as menções climáticas explícitas nos atos²³.

Na tradição ruralista preocupada em esclarecer o papel das terras « comunais » (os baldios), o estudo das florestas e meios vegetais menos

²¹ Para a região que conheço melhor, as revistas tradicionais *A cidade de Évora*, *Arquivo de Beja* ou mais recentes *Al-Mansor* (Montemor-o-Novo), *Vipasca* (Aljustrel), *al-Ulya* (Loulé) ou *A cidade* (Portalegre).

²² Particularmente a obra antiga mas nunca substituída – senão, recentemente, pela *História da privada em Portugal* – de MARQUES (A.H. Oliveira) : *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. Sá da Costa. Lisboa. 1987 (1a ed. 1963).

²³ Ver sobretudo o clássico (e não substituído) MARQUES (A.H. Oliveira) : *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média* (coll. « A marcha da humanidade »). Ed. Cosmos. Lisboa. 1978 (1e éd. 1968) e as grandes teses de história regional rural dos anos 1980 (DURAND (Robert) 1982a : *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIIe et XIIIe siècles* (coll. « Civilização portuguesa » IX). Fundação Calouste Gulbenkian / Centro cultural português. Paris. 1982, COELHO (Maria Helena) : *O baixo Mondego nos finais da Idade Média* (coll. « Estudos gerais. Série universitária »). INCM. Lisboa. 1989 (2a ed.) (2 vol.) e GONÇALVES (Iria) : *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1989) ; encontrará-se uma bibliografia ruralista detalhada e comentada em COELHO (Maria Helena) : « Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas » in. *A cidade e o campo. Colectânea de estudos*. Coimbra. 2001, pp. 23-40.

antropizados (*incults*) constitui a mais antiga investigação sobre as relações entre o homem e o ambiente. Essa prioridade explica-se largamente pela publicação, na década 1980, sob a égide do Secretariado de Estado das Florestas, de um excelente conjunto de documentos medievais relativos às « águas e florestas »²⁴, o qual fornece ainda hoje o essencial dos dados utilizados pelos investigadores (o que tem também consequências negativas, como a valorização excessiva da vontade política, sobretudo régia, e o desprezo de outras fontes, menos jurídicas, de tipo administrativo). Vinda da geografia²⁵, esta temática é sempre objeto de trabalhos²⁶. Com base nos textos, principalmente a partir do século X, trata-se de reconstituir os usos sociais dos espaços vegetais, ou até uma real silvicultura²⁷. A conexão, por conseguinte, continua a ser fraca com os estudos paleobotânicos e paleozoológicos. Um dos raros trabalhos a estudar as espécies animais selvagens, mais do que as práticas sociais da caça, é um artigo de R. Durand, significativamente publicado numa homenagem ao mestre dos estudos ecologistas medievais, Robert Delort²⁸. Ora, a presença de certas espécies animais, no cimo da cadeia biótica, é um indicador precioso para o estado do ecossistema tomado enquanto um todo.

Graças à abundância das informações contidas nos anais, os sismos chamam por muito tempo a atenção das investigações históricas, tanto na sua

²⁴ *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no A.N.T.T. Chancelarias reais* (Carlos Manuel Baeta Neves dir.). Ed. Ministério da agricultura e pescas, Direcção geral do ordenamento e gestão florestal. Lisboa. 1980-8 (5 vol.).

²⁵ Nomeadamente, entre os estudos geohistóricos específicos, DEVY-VARETA (Nicole) : « Para uma geografia histórica de floresta portuguesa. As matas medievais e “coutada velha” do rei » in. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia* 1. Porto. 1985, pp. 47-67.

²⁶ CARRILHO (Aura) MARTINS (Maria Odete Sequeira) : “Recursos florestais no Portugal medievo” in. *Media Aetas. Revista de estudos medievais* 1 (2a série) (« Paisagens medievais » I). Ponta Delgada. 2004-5, pp. 47-58 [que exploram a *História florestal*. e realizam uma útil análise quantitativa das concessões em *couto*, mas cuja interpretação, muito pouco ecológica nem mesmo socioeconómica, se restringe às preocupações pessoais dos reis] ou de OLIVEIRA (José Augusto da Cunha Freitas) : « Exploração das matas nos finais do século XV : aspectos da desflorestação na Outra Banda » in. *Media Aetas. Revista de estudos medievais* 2 (2a série) (« Paisagens medievais » II). Ponta Delgada. 2005-6, pp. 55-65.

²⁷ O modelo deste tipo de estudos foi fornecido pelo director do recolhimento de fontes acima citado, do qual os numerosos estudos, desde 1965, são orientados – curiosamente, para um engenheiro agrícola – para a administração florestal ; cf. M. L. B. Neves : « Quelques aspects fondamentaux de la politique forestière au Portugal avant le XVIIème siècle » in. *Actes du Symposium international d’histoire forestière, Nancy, 24-28 septembre 1979*. École nationale du génie rural des eaux et des forêts. Nancy. 1982, pp. 247-51.

²⁸ DURAND (Robert) : « *De urso manus* : l’exploitation de la faune du *saltus* au Portugal » in. *Milieux naturels, espaces sociaux. Etudes offertes à Robert Delort*. Publications de la Sorbonne. Paris. 1997. Do mesmo autor, curtas observações em « Animal-outil et animal-aliment au Moyen Âge : le cas portugais » in. *Elevage d’hier, élevage d’aujourd’hui. Mélanges d’ethnozootecnie offerts à Bernard Denis* (coll. « Histoire »). PUR. Rennes. 2004, pp. 89-95.

dimensão terrestre (terramotos como tais) como marítima (maremotos induzidos pelos precedentes). Mas os acontecimentos medievais são eclipsados aqui pelo terramoto dito « de Lisboa » (com efeito no Algarve) de 1755²⁹.

Se os rios foram estudados muito tempo para o seu uso de transporte das mercadorias, alguns trabalhos começam a considerar as águas, mormente sob a sua forma fluvial, enquanto recurso³⁰, e eventualmente como um fator de risco.

Para este último problema, o desenho do litoral português é atualmente objeto de investigações, que são geralmente uma arqueologia submarina dos portos³¹. Mas os textos, ainda ali, podem ser explorados numa abordagem funcional³².

Destes trabalhos que acabámos de evocar resumidamente, muitos não têm perspectiva estritamente ambiental. Exceto nos estudos sobre a pecuária, a simples e « evidente » atenção, muito ecológica, aos desequilíbrios introduzidos pelo homem na sua ocupação do ambiente continua rara, quando os “estragos” não são objeto de um discurso explícito das fontes³³. Ainda que não sejam tão eficazes como quando uma perspectiva precisa guia a exploração direta das fontes, aqueles estudos podem pelo menos ser lidos no sentido de uma interpretação global das relações entre o homem e o meio.

²⁹ Cf. o recente *O terramoto de 1755. Impactos Históricos* (Org. Ana Cristina Araújo, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Walter Rossa, José Vicente Serrão). Lisboa. Livros Horizonte. 2007.

³⁰ CATARINO (Maria Manuela) : « Águas de todos os dias... (Sizandro, um rio estremenho, nos sécs. XIV e XV) » in. *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das terceiras jornadas* (Iria Gonçalves coord.). Centro de Estudos Históricos, Univ. Nova Lisboa. Lisboa. 2007, pp. 157-70. Ainda que a sua perspectiva seja tradicionalmente técnica (estudo da hidráulica), um colóquio dos anos 1990 recolheu artigos que manifestam às vezes um interesse para o sistema hídrico como um todo (*Actas do simpósio internacional Hidráulica monástica medieval e moderna. Convento da Arrábida, 15-17 de novembro de 1993* (José Manuel P.B. de Mascarenhas e.a. eds.). Fundação Oriente. Lisboa. 1996).

³¹ BLOT (Maria Luísa Pinheiro) : « Problemática da arqueologia náutica e portuária no quadro do estudo de portos antigos e medievais em Portugal » in. *Arqueologia medieval* 9. Porto. 2005, pp. 207-20 e idem/ALVES (João Gachet) : « Representações cartográficas e iconográficas dos principais portos do Algarve postmedieval. As primeiras experiências arqueológicas de sítios portuários no território português » in. *Rotte e porti del Mediterraneo dopo la caduta dell' Imperio romano d' Occidente. Continuità e innovazioni tecnologiche e funzionali. IV seminario, Genova, 18-19 giugno 2004* (éd. Lorenza de Maria, Rita Turchetti). Rubbettino. 2004, pp. 189-218.

³² ANDRADE (Amélia Aguiar) / SILVEIRA (Ana Cláudia) : « Les aires portuaires de la péninsule de Setúbal à la fin du Moyen Âge : l'exemple du port de Setúbal » in. *Ports et littoraux de l'Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIVe-XVIIe siècles)* (dir. Michel Bochaca, Jean-Luc Sarrazin) (coll. « Histoire »). PUR. Rennes. 2007, pp. 147-65.

³³ Ver por exemplo o problema da poluição das águas MELO (Arnaldo Sousa) : « O convento de S. Domingos e os curtumes. Abastecimento de água, poluição e paisagem no Porto dos séculos XIV e XV » in. *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das terceiras jornadas* (Iria Gonçalves coord.). Centro de Estudos Históricos, Univ. Nova Lisboa. Lisboa. 2007, pp. 121-56.

II. Pistas de investigações (a partir das fontes escritas)

Habitado a manipular sabiamente – espero ! – sobretudo os dados textuais, apresentarei apenas as perspetivas que me parecem oferecidas por aqueles. Isso não me impede de sublinhar que uma grande parte das novas problemáticas requer um recurso essencial, se não exclusivo, a dados do terreno. De facto, os dados arqueológicos são indispensáveis e, não hesito dizê-lo, prioritários em relação aos textos, porque os fenómenos abordados são à partida estritamente materiais e a sua apreensão cultural pelo homem não altera a respetiva natureza. Por outro lado é verdadeiro que esta construção mental é digna do maior interesse, pelo que as fontes escritas são então essenciais.

Não existe ainda um quadro geral do universo documental medieval português, e não entra no nosso atual propósito descrevê-lo³⁴. Pode-se no entanto distinguir dois tipos de fontes escritas: as que são sensíveis à brutalidade dos fenómenos “naturais” e que são aptas a dar conta dessa brutalidade (fontes discursivas, de tipos narrativo, científico e moralístico), e as que invocam factos naturais apenas como legitimação ou enquanto causa técnica de uma ação social (fontes de tipos regulamentar e diplomático) ou cuja notícia é necessária à administração – as últimas não dão efetivamente conta da brutalidade, mas assinalam fenómenos progressivos, que as fontes de outro tipo não restituem.

Os anais monásticos exprimem uma forte sensibilidade aos aspetos extraordinários (tempestades, sismos³⁵, fomes, epidemias). A atenção dirigida ao céu pelos monges, para necessidades de cálculo astronómico das datas, é bem conhecida. Apesar da sua interpretação como prenúncio, essas menções são dignas de fé, ainda que as manifestações celestiais possam ser exageradas ou ligeiramente alteradas para as necessidades de um discurso providencialista. A notação de pequenos acontecimentos locais, sem significado ideológico (datas de vindimas ou « mau ano », que pode ser apenas no domínio agrícola), mostra talvez uma sensibilidade clerical à natureza em si, embora os clérigos valorizam a cultura em relação a uma natureza des-divinizada pelo cristianismo (exceto na espiritualidade franciscana). Esse *corpus* de informações cronológicas é pequeno em Portugal, mas as breves menções dos anais podem às vezes sintetizar notas mais detalhadas. Infelizmente conserva-se pouco delas posteriores ao século XI, porque o triunfo da forma jurídica afastou as notícias informais (no sentido

³⁴ Centámos este exercício em BOISSELLIER (Stéphane), MENJOT (Denis), DARBORD (Bernard) : *Textes médiévaux ibériques* (coll. « L'atelier du médiéviste »). Brepols. Turnhout. 2013.

³⁵ O livro de DELORT (Robert) : *La vie au Moyen Âge* (coll. « Points. Histoire » 62). Seuil. Paris. 1982 tem divulgado nos medievalistas franceses as notícias sobre o desmoronamento do Mont Granier no século XIV.

diplomático), mas os registos da baixa Idade Média mostram a riqueza das pequenas narrações que beneficiaram da respetiva conservação³⁶.

São sobretudo os anais e crónicas urbanos, quando começam a ser escritos por laicos na baixa Idade Média (principalmente nas comunas italianas), que fornecem as descrições mais técnicas³⁷. Infelizmente, as comunidades urbanas portuguesas esperam até a época moderna para dotar-se de uma memória, e não oferecem, por conseguinte, essas notações tão úteis. Certamente, esta carência dos testemunhos locais pode ser paliada por esta « forma literária curta » que são as inscrições epigráficas, cujo objetivo comemorativo é essencial. Mas, enquanto instrumentos de persuasão ou glorificação de um indivíduo ou um grupo, mencionam mais acontecimentos « culturais » do que naturais, e são provavelmente *graffitos*, muito mal conservados, que mencionam os últimos.

As narrativas, fundamentalmente literárias, colocam problemas de interpretação complexos. É bem sabido que a fronteira entre prodígio e milagre não é nítida, o que implica que a especificidade técnica dos acontecimentos não seja bem percebida pelos autores. Mais precisamente, a irrupção da água, do fogo, da doença excede às vezes o entendimento, ou seja, a investigação de causas racionais, não devido a uma ignorância dos dados científicos ou a uma incapacidade de sair do providencialismo, mas devido à imprevisibilidade daqueles acontecimentos: a rutura de uma ordem normal não pode vir do interior, mas apenas do exterior (*Deus ex machina*). Esta interpretação não facilita a apreensão da noção de *risco* e por conseguinte a antecipação, dado que qualquer calamidade é em certa medida externa à ação material humana (até à que resulta dessa ação, como a erosão ou os incêndios). Em contrapartida, a tradição cosmológica bíblica implica uma conceção sistémica da Criação, que deveria levar os pensadores a estabelecer relações entre fenómenos naturais e sociais. Mas essa conceção totalizante vai no sentido de uma especulação teológica, porque parte de uma revelação e não de uma experiência.

As fontes deliberadamente descritivas (relatos de viagens, corografias) oferecem teoricamente um melhor proveito, porque, pela sua natureza intrínseca, ali a densidade de factos é grande, e o raciocínio causal é mais discreto do que nas narrativas (são uma justaposição de informações sem pesquisa de relações). O tipo geográfico árabe, atento às riquezas « naturais », oferece umas interessantes informações sobre « Portugal » andaluz, mas os relatos de viajantes ocidentais (principalmente de estrangeiros) da baixa Idade média interessam-se apenas

³⁶ Por exemplo, um texto do prior de S Cruz de Coimbra que descreve uma chuva em Coimbra em 1411 (reed. SANTOS (Maria José Azevedo) : *Da Visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (Aspectos técnicos e culturais)* (coll. « Textos universitários de ciências sociais e humanas »). Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT. Lisboa. 1994, p 293sq.).

³⁷ É bem conhecida a descrição da cheia do Arno em Florença por G. Villani.

pelas produções culturais e pelos incidentes da viagem - embora os incidentes climáticos sejam devidamente assinalados.

As coleções de milagres (de tipo hagiográfico) e, em menor medida, os obituários – estes, como os testamentos, assinalam as causas de morte apenas quando são excepcionais, como aquando da Peste Negra – foram explorados sobretudo para uma história da doença individual. Mas só as fontes narrativas dão conta da mortalidade na sua dimensão quantitativa, embora de maneira muito impressionista (efeitos psicológicos, cálculos pouco fiáveis). Com efeito, as coletâneas de milagres, séries de relatos curtos e de conteúdo afinal pouco moral, constituem a única verdadeira narrativa do quotidiano que nos deixou a Idade média. Ora, o tipo adequa-se para mencionar os obstáculos postos pela natureza à vida material³⁸.

Nos tratados doutos, a reflexão encara principalmente o clima, através da astronomia³⁹. Esta é um ramo da história natural de tradição hipocrática e pliniana, mas que se tornou mais especulativa do que experimental – a experiência, que se tornou coisa vulgar, perdeu a sua dignidade aristotélica –, e não permite, por conseguinte, localizar nem datar fenómenos climáticos precisos. Existe também, com certeza, um conhecimento popular empírico do « tempo que faz », mas o seu único vestígio conservado encontra-se nos provérbios. Uma outra fonte importante para a paleozoologia, a literatura zoológica e cinagética (com os tratados de hipiatria e falcoaria dos príncipes de Avis no século XV)⁴⁰ é abordada sobretudo numa ótica de história das ciências.

Os textos regulamentares, que organizam a ação de grupos humanos, esclarecem diretamente a ação material e a atitude mental no que diz respeito ao ambiente, ainda que este não seja objeto essencial da organização da vida em sociedade. Ao contrário da atitude fatalista apresentada no discurso clerical, esses escritos (legislações edilícias, nomeadamente) levam a efeito ações concretas de ordenamento do ambiente, principalmente para a construção de diques. Se as legislações municipais (de qualquer modo, pouco conservadas) são pouco exploráveis a esse respeito, devido à fraqueza dos recursos dos concelhos, um foral régio como o de Salvaterra de Magos atesta uma bonificação de grande alcance das margens do Tejo⁴¹. É às vezes difícil dizer se aquelas ações são

³⁸ O « efeito de real » procurado pelos autores, que visam ser credíveis para persuadir, garante a verosimilhança dos casos contados, sobretudo quando a sua notificação notarial implica autenticidade.

³⁹ No Ocidente, a qualidade dos solos é mencionada sobretudo por uma literatura agronómica bem menos rica que no mundo arabomuçulmano.

⁴⁰ Designadamente, Infante D. Duarte : *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela* (éd. Joseph Piel). INCM. Lisboa. 1986 (1e éd. 1944).

⁴¹ Ed. *Foral Salvaterra de Magos*. Ed. ANTT/Câmara municipal Salvaterra de Magos. 1992, utilizado, com muitos outros textos, em BOISSELLIER (Stéphane) : *Naissance d'une identité*

meramente paliativas ou preventivas – da mesma maneira que a construção de terraços de cultura, que escapa às fontes escritas, pode constituir uma antecipação da erosão. Os regimentos florestais manifestam também uma preocupação ecológica direta e de resto totalmente empírica (e que nos parece geralmente paliativa, mas talvez sem razão), pois a conceção clerical agonística da cultura como uma « contra-natureza » (por conseguinte como uma vitória violenta) não é talvez compartilhada pelas elites laicas e pela população em geral.

Os atos da prática, nomeadamente os contratos agrários, são testemunhos indiretos sobre fenómenos demasiado lentos para serem percebidos como tais (as duas ou três grandes fases medievais do clima, nomeadamente). Mas colocam o problema da interpretação imediata dos dados: a passagem de uma cultura à outra, num contrato agrário, é uma adaptação a uma evolução pedológica e climática ou um fenómeno económico? A criação de sebes vegetais é uma necessidade jurídica de delimitar ou uma resposta a um fenómeno ecológico tal como a evolução dos ventos? Tem-se tendência a interpretar as ações à escala de uma exploração ou de uma parcela num sentido socioeconómico, por falta de se poder generalizar à escala ecológica um *terroir* ou sobretudo uma região inteira. Com efeito, a dificuldade essencial é a seriação dos escritos pragmáticos, que estão por definição pontuais. Se não é necessário subestimar a capacidade informativa de cada escrito pragmático (sobretudo jurisdicional e fundiário) tomado separadamente – que pode assinalar acessoriamente, por exemplo, a divagação dos rios (mencionando o antigo e novo curso) –, precisamos de séries convergentes para inferir fenómenos globais; ora, em Portugal falta o registo dos escritos mais modestos em relação direta com os fenómenos materiais (registos notariais ou judiciais). De processos isolados para o uso dos *incults* ou das águas, não se pode inferir um excesso pastoral ou um enfraquecimento dos recursos hídricos.

São as fontes administrativas, infelizmente tardias e mal conservadas em Portugal (à exceção, magnífica, dos grandes inquéritos reais do século XIII), que, pela sistematicidade dos seus dados⁴², podem iluminar o mais eficazmente as ações humanas que têm consequências ambientais (exploração das ribeiras, por exemplo). O uso destes documentos foi incentivado pelo lançamento de uma

portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana (Portugal) de l'Islam à la Reconquête (X^e - XIV^e siècles) (« Estudos gerais. Serie universitária »). Ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Lisboa. 1998.

⁴² Ver as observações de CATARINO (Maria Manuela) : « Fontes documentais na 'reconstrução' da paisagem : em torno da vila da Castanheira no início dos Tempos Modernos » in. *Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das primeiras Jornadas* (coord. Iria Gonçalves). Centro de Estudos históricos, Univ. Nova de Lisboa. Lisboa. 2005, pp. 207-23, que utiliza dois tombos de 1473 (do mosteiro S. Vicente Fora de Lisboa) e 1508.

publicação, enfim sistemática, de tombos (os « terriers » franceses), lá ainda sob a instigação de I. Gonçalves⁴³. Muitos dos trabalhos citados mais acima baseiam-se exclusivamente nestes textos. Se os tombos apenas mencionam casualmente estruturas e fenómenos materiais, as fontes contabilísticas mostram as relações entre o homem e o meio em ação – embora os interessantes comentários metodológicos de F. Botão sobre estes registos financeiros mostrem efetivamente que o essencial da ação pública é voltado para o ordenamento dos tecidos de habitat e não iluminam bem senão a paisagem urbana⁴⁴.

Vários processos judiciais conservados em cartas abrangem espaços sensíveis, onde a relação entre a sociedade e o ambiente é particularmente visível; esses espaços são tanto mais iluminados que são frequentemente objeto de disputas que vão até a procedimentos contenciosos. Os medievalistas, legitimamente, utilizaram aqueles processos: é o caso dos conflitos tardomedievais entre cultivadores e criadores (nomeadamente as numerosas concessões de *couto* pelos monarcas às elites locais e à aristocracia). Em contrapartida, os meios húmidos são menos iluminados; no entanto, a riqueza das *lezírias* do Tejo, conhecida desde al-Razi (que a interpreta como a cheia do Nilo), levou os monarcas a desejar o monopólio daquelas, o que gerou um vasto processo, do qual uma peça essencial é facilmente acessível (graças à sua recente edição⁴⁵). É verdade que vários estudos fornecem pelo menos numerosos dados para estudar o impacto das atividades humanas sobre as águas⁴⁶. Mais geralmente, o meio urbano, denso e portanto fortemente antropizado, torna mais sensíveis os problemas ambientais (mais explícitos na documentação escrita); consequentemente, as investigações são muitas a orientar-se para as cidades, às expensas dos fenómenos, com mais consequências ecológicas mas menos visíveis (porque mais difusos e mais

⁴³ *Tombos da Ordem de Cristo. I Comendas a sul do Tejo (1505-1509)* (éd. Iria Gonçalves e.a.). Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova Lisboa. Lisboa. 2002 e volumes seguintes.

⁴⁴ BOTÃO (Maria de Fátima) : « As fontes contabilísticas na retratação de um espaço em movimento » in. *Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das primeiras Jornadas* (coord. Iria Gonçalves). Centro de Estudos históricos, Univ. Nova de Lisboa. Lisboa. 2005, pp. 123-31.

⁴⁵ *Livro das lezírias de El-Rei Dom Dinis* (éd. Bernardo de Sá Nogueira) (coll. « Fontes para a história de Portugal » 1). Centro de história da Univ. de Lisboa. Lisboa. 2003 [edição do livro 5 da chancelaria do rei Dinis].

⁴⁶ Todas as grandes monografias de história rural regional já citadas estudaram esse problema; mais específicos são FARELO (Mário Sérgio) : « Os recursos hídricos na paisagem medieval portuguesa através do estudo dos documentos da chancelaria régia (1208-1521) » in. *Media Aetas. Revista de estudos medievais* 1 (2a série) (« Paisagens medievais » I). Ponta Delgada. 2004-5, pp. 9-46 [o autor explora apenas a *História florestal* ; realiza uma boa análise da estrutura da documentação, mas o seu inquérito começa realmente apenas no século XV], ou PEREIRA (Maria Teresa Lopes) : « A paisagem ribeirinha Alcácer do Sal, em finais do século XV » in. *Media Aetas. Revista de estudos medievais* 2 (2a série) (« Paisagens medievais » II). Ponta Delgada. 2005-6, pp. 101-24.

pontualmente informados), que afetam as campanhas. O meio urbano é no entanto pouco representativo, porque, apesar do carácter muito « rural » das cidades portuguesas medievais, estamos num ecossistema pontual e totalmente desequilibrado pelo impacto de atividades humanas híper-densas.

Um dos principais interesses dos textos pragmáticos (excluindo os que são meramente regulamentares) é fornecer uma meta-fonte, que é toponímia. Os atos da prática – que têm sempre uma coesão de tipo « série », dado que reunidos em cartórios locais ou cartulários – e mais ainda os registos (*tombos*) permitem ao historiador reconstituir um verdadeiro *sistema* microtoponímico, que reflete indiretamente (com numerosas intermediações culturais) o sistema que o ambiente constitui para com o homem. Para além dos usos tradicionais da onomástica, quer filológica, quer histórica (utilização pontual dos nomes para identificar ou datar tal estrutura material, ou uso sistemático de macrotopónimos para estudar o povoamento⁴⁷), há um campo de estudos, aparentemente antigo mas na realidade quase virgem, apenas esclarecido pelos trabalhos de I. Gonçalves, M. S. Conde e o M. M. Silva⁴⁸ (campo percorrido também nos estudos urbanos, mas na ótica da paisagem arquitetural⁴⁹).

Se as atitudes mentais dos clérigos que emergem dos textos doutos foram bem estudadas, o domínio da sensibilidade popular ao meio, ou seja, a dos camponeses

⁴⁷ Por exemplo, CONDE (Manuel Silvio Alves) : « Ocupação humana e polarização de um espaço rural do *Gharb al-Andalus* : o Médio Tejo à luz da toponímia arábica » in. Idem : *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*. Patrimonia. Cascais. 1999, pp. 11-40 ; uso de registos hagiográficos a uma escala larga por BOISSELLIER (Stéphane) : « Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagionymie médiévale du Midi portugais » in. *Lusitania sacra* 17 (2^e s.) (« Clérigos e religiosos na sociedade medieval »). Lisboa. 2005, pp. 255-98.

⁴⁸ Uma abordagem apoiada pela melhor reflexão epistemológica encontra-se em M. S. Conde, *Uma paisagem humanizada...* ; um excelente estudo, com base em *tombos* do início do século XVI, oferecendo um quadro geral dos topónimos e numerosas mapas de localização (mas que, infelizmente, atomizam o ecossistema numa série de factores isolados uns dos outros, fauna, flora, hidrografia...) em MOITEIRO (Gilberto Coralejo) : « Paisagens históricas : a flora e a fauna na toponímia meridional beirã de Quinhentos » in. *Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das primeiras Jornadas* (coord. Iria Gonçalves). Centro de Estudos históricos, Univ. Nova de Lisboa. Lisboa. 2005, pp. 25-63.

⁴⁹ Assim BEIRANTE (Maria Ângela Rocha) : *Santarém medieval*. Ed. Universidade Nova Lisboa. Lisboa. 1980 e *Évora na Idade Média* (coll. « Textos universitários de ciências sociais e humanas »). Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT. Lisboa. 1995, CONDE (Manuel Silvio Alves) : « *Madīnat Shantarīn*. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X-XII) » in. Idem : *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*. Patrimonia. Cascais. 1999, pp. 41-84, e sobretudo a abordagem muito metódica de VIANA (Mário) : « Notas sobre a organização paroquial e a toponímia de Portalegre em 1304 » in. *A cidade* 6. Portalegre. 1991, pp. 67-74 e *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Caleidoscópio/Centro de Historia da Univ. de Lisboa. Casal de Cambra/Lisboa. 2007.

que são os principais fazedores do ambiente, permanece desconhecida⁵⁰. Aquela é com certeza grande, com uma obsessão climática conhecida.

Postula-se uma certa moderação do impacto das práticas agro-pastoris medievais, aparentemente mais limitado do que na Antiguidade romana. Aquela não é devida talvez apenas à fraqueza dos meios – pelo contrário, sabe-se que as práticas primitivas são as que mais degradam, cf. a cultura depois de queimada – mas talvez também por causa de verdadeiras estratégias de equilíbrio ecológico. Este último resulta provavelmente de uma consciência do meio, mas percebe-se apenas através de um conjunto imenso de práticas empíricas muito mal documentadas: por exemplo, é necessário ir ver nos tratados zoológicos ou agronómicos se os camponeses sabem que as abelhas são indicadores ecológicos. Além disso, as práticas ecologicamente razoáveis – dir-se-ia atualmente ecorresponsáveis – (os campos complantados de árvores, por exemplo) podem ser efetivas apenas ao nível local. Pode-se por conseguinte inquirir se o aspeto sistemático dos fenómenos (ciclo desflorestamento > erosão > escoamento > cheias) e sua dimensão à grande escala escapa aos atores. Empiricamente, uma prática como a transumância (entre o Sistema Central e o « Campo de Ourique »), que evita o sobre-pastoreio, manifesta uma apreensão supralocal, à escala do reino inteiro, a partir do século XIV⁵¹. Mas é necessário interpretá-lo como uma antecipação ou como uma resposta técnica mecânica ao crescimento das manadas?

Curiosamente, o problema da consciência e portanto a antecipação, quase insolúvel nas fontes pragmáticas, é provado pela existência dos rituais religiosos de intercessão (procissões, orações, até romarias), que são frequentemente paliativos mas que podem ser preventivos (procissão das chamadas *Rogationes*). É fácil também interpretar a localização dos habitats de altura, em todo o Mar Mediterrâneo, por uma preocupação de salubridade em relação às doenças das zonas baixas (e não apenas por razões militares ou de simbólica política) – de resto, os tratados agronómicos romanos são explícitos sobre a localização das *villae* –. Portanto, as subidas e descidas das aldeias poderiam ser os indicadores de evoluções microbianas, provavelmente ligadas a um retrocesso da ação humana sobre o ambiente, em relação com as flutuações demográficas.

⁵⁰ Elementos em DELORT (Robert) : « Percevoir la nature au Moyen Age : quelques réflexions » in. *Campagnes médiévales : l'homme et son espace. Etudes offertes à Robert Fossier* (Elisabeth Mornet éd.). Publications de la Sorbonne. Paris. 1995, pp. 31-41.

⁵¹ Síntese das muitas investigações portuguesas em BOISSELLIER (Stéphane) : « Les recherches sur les déplacements de bétail au Portugal au Moyen Âge, bilan des travaux et éléments de réflexion » in. *Transhumance et estivage en Occident des origines aux enjeux actuels. Actes des XXVIe journées internationales d'histoire de l'abbaye de Flaran, 9, 10, 11 septembre 2004* (éd. Pierre-Yves Laffont). Presses Universitaires du Mirail. Toulouse. 2006, pp. 163-82.

Independentemente do tipo de testemunho, é à violência dos fenómenos naturais que os testemunhos explícitos são mais sensíveis, o que dá uma apreensão bastante negativa do ambiente, percebido como potencialmente hostil, muito distante do « sentimento da natureza » (uma natureza selvagem simpática e benéfica) que se constitui a partir do Renascimento e que alimenta o discurso ecológico recente.

Conclusão

Sem oferecer a mesma densidade de fontes da Catalunha ou da Itália centro-setentrional, a documentação medieval portuguesa apresenta uma diversidade suficiente, de modo que os tipos de escritos mais úteis ao estudo do ambiente estejam ali representados. Um inquérito sistemático naquela ótica poderá, por conseguinte, identificar um grande número de fenómenos ambientais. A sua precisão exigirá um conhecimento particularmente desenvolvido dos mecanismos ecológicos para reconstituir as relações sistémicas entre os factos. Mas, em relação ao historiador que trabalha sobre a estrutura social, cujo funcionamento é imprevisível, o historiador do ambiente trabalha fundamentalmente sobre a matéria, cujas leis são imutáveis. Se há um domínio onde se pode isolar o « facto » da sua interpretação literária (isto é o discurso das fontes) e do seu enquadramento social, este é efetivamente o do estudo do ambiente, até nas suas relações com a sociedade.